

DOIS ANOS DE VIDA ASSOCIATIVA DA ANPUR (2005-2007)

VIRADA DE CONJUNTURA, POLÍTICA DE PESQUISA, ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO

ANA FERNANDES

Fomos a 12ª diretoria da Anpur, atuando entre os seus 22 e 24 anos de existência (2005-2007). Tânia Fischer (UFBa) como secretária executiva, Marco Aurélio A. de F. Gomes (UFBa) como Secretário Adjunto, Edna Maria Ramos de Castro (UFPA), Lílian Fessler Vaz (UFRJ) e Nabil Georges Bonduki (USP), como diretores, Frederico Rosas B. de Holanda (UnB), Leila Christina Duarte Dias (UFSC) e Rodrigo Ferreira Simões (UFMG) como membros do Conselho Fiscal, e eu mesma, na condição de presidente, compusemos aquela diretoria. Ao assumirmos, na assembleia realizada em Salvador, durante o XI ENA, na luminosa tarde do dia 27 de maio de 2005, quase um quarto de século de trabalho coletivo dedicado à Anpur já havia sido acumulado em constituições, dilemas, formulações, crises, inovações, desacelerações, expansões, conquistas. O sentido primeiro do termo associação – agregar, unir, partilhar – tinha, já naquele momento, assumido seu pleno significado, num esforço conjunto de construção de um campo acadêmico, de uma esfera de atuação e de suas institucionalidades e rotinas. O adjetivo anpuriano, introduzido por Panizzi em 1999,¹ indicava que a associação já era capaz de designar qualidade, caráter, modo de ser.²

A ação institucional anpuriana se fez percorrendo conjunturas e por elas sendo percorrida, numa confluência de questões acadêmicas, científicas, intelectuais, políticas e sociais. A descrição da conjuntura com a qual iniciamos nossa gestão pode ser encontrada na formulação do encontro de Salvador, o XI ENA, ela-

borada ainda sob a presidência da professora Heloisa Costa e com nossa participação enquanto membro da diretoria 2003-2005. O tema central do encontro, Planejamento, Soberania e Solidariedade: perspectivas para o território e a cidade, tensionava algumas de suas principais componentes. Assim, em termos da formulação e implementação da política do território e das cidades no Brasil, três questões eram apontadas como relevantes. Primeiro, entendia-se que, além das escalas locais e regionais, estava posta a necessidade de operar também com questões relativas às macroescalas territoriais e à integração supranacional, com ou sem continuidade espacial. Segundo, para além do marco legal instituído pelo Estatuto das Cidades em 2001, um novo marco institucional e regulatório em âmbito federal deveria também ser problematizado, paralelamente à generalização de organismos ou “arranjos” de planejamento em nível local, âmbitos submetidos, por sua vez, a definições e monitoramento de organismos financiadores. Terceiro, exigia reflexão uma sociedade urbana cada vez mais complexa, múltipla, organizada e ao mesmo tempo crescentemente segregada e combinada com a ressurgência severa e aguda da questão agrária em quadro urbano.

Nesse sentido, indicava-se que, ao planejamento urbano e regional, entendido enquanto campo de conhecimento e enquanto prática e proposição sócio-espacial regular e incorporada à gestão da coisa pública e coletiva, colocavam-se alguns desafios. Entre eles, estava o de refletir sobre a (re)definição dos processos em curso de produção e gestão do território e das cidades – sua natureza, características e redesenho – problematizando-os a partir do embate entre o império contemporâneo do urbano e o campo do interesse público e coletivo, gênese da constituição do

¹ Só pudemos consultar aquilo que está disponível *on line*. Certamente uma busca na documentação impressa, particularmente dos boletins, poderia revelar outras temporalidades do uso do adjetivo.

² Definição do que é um adjetivo.

planejamento urbano enquanto área de conhecimento e de proposição. Mas importava também repensar teorias e práticas, a partir de experiências-chave realizadas, do embate entre interpretações na produção recente da área e do recurso a diferentes paradigmas críticos das ciências e das artes, com ênfase na construção de mediações entre os diferentes níveis de abstração e na superação do empirismo e das metodologias anódinas de avaliação e de premiações a que estávamos crescentemente submetidos. A relação entre essas questões gerais e a formação e o ensino oferecidos na área devia também ser considerada, tendo em vista os desafios colocados pelos processos concretos de produção e gestão do território e das cidades e os diferentes protocolos de internacionalização da formação superior crescentemente implementados.

Dessa forma, buscava-se construir e oferecer publicamente reflexões críticas aprofundadas, instigantes e mesmo surpreendentes sobre esses tensionamentos, embates, ausências, recorrências, banalizações. Como a cada encontro da Anpur, estava em questão a atualização conjuntural e o debate estrutural da produção e das perspectivas de nosso campo de conhecimento e de nossa prática propositiva.

A complexidade desses temas, somada a uma alenada produção em nossa área, resultou num programa de atividades bastante intenso: cerca de 350 reflexões foram apresentadas em mesas redondas pela manhã, sessões temáticas à tarde, sessões coordenadas no início da noite, além das atividades de premiação e lançamento de livros, mas também conversas, encontros, confraternização, festa.

Esse começo estimulante, que gestou nossa diretoria, se desdobrou em um pressuposto e três eixos privilegiados de atuação ao longo dos dois anos de trabalho.

O pressuposto foi a urgência de dinamizar e aprofundar os laços da Anpur com a Amazônia, região complexa em sua riqueza e assediada por vários tipos de interesse, em diversas escalas e campos de conhecimento. A integração do NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, a essa gestão da nova diretoria da Associação respondeu com plenitude a essa necessidade, inclusive pela organização e realização do belo XII ENA em Belém, em 2007, e pela eleição, na mesma ocasião, da primeira diretoria da Anpur capitaneada pela Universidade Federal do Pará para o biênio seguinte.

Os três eixos principais de atuação foram florescimentos, redirecionamentos ou acentuações de linhas de ação que já vinham se desenvolvendo no âmbito da Anpur: um diálogo continuado com as instâncias nacionais formuladoras de política urbana, com destaque para as interlocuções com o Conselho Nacional das Cidades e seu Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano; a articulação nacional e internacional em torno das agendas de política acadêmica e de política científica; e, por fim, além das atividades de representação, a informação sistemática das ações da Associação e a adesão entusiasta à política de livre acesso à informação.

Com relação à política urbana nacional, podemos considerar que nossa gestão frente à Anpur foi testemunha de uma virada significativa na sua concepção e implementação. Com quadros da área amplamente reconhecidos compondo o quadro diretivo do Ministério das Cidades desde sua criação, em 2003, e com a ampliação dos espaços de elaboração participativa da política urbana, aprofundou-se, a partir daquele momento, no âmbito da Associação, a discussão voltada para as alternativas a serem perseguidas, as formulações a serem elaboradas ou as decisões em processo de construção acerca da política urbana no país. Mas a mudança política operada na condução do Ministério já em julho de 2005, com substituição do ministro, da ministra-adjunta e de seu partido de origem, foi seguida por uma alteração estrutural na lógica de formulação de programas e de direcionamento de investimentos nas cidades e regiões. Nesse sentido, a ação do Ministério das Cidades vai se tornando progressiva e acentuadamente bifronte. Por um lado, persiste toda a organização social mobilizada e estruturada para a concepção participativa e múltipla da política urbana com controle social, a exemplo das conferências das cidades, dos conselhos das cidades, das estruturas colegiadas de gestão dos fundos, entre outros; de outro, a progressiva implementação de políticas ancoradas em grandes investimentos concebidos setorialmente, âncoras do pretendido crescimento econômico com distribuição de renda. Estava sendo iniciada a era dos PACs – Programas de Aceleração do Crescimento –, cuja primeira versão é de janeiro de 2007 e que foram concebidos como estimuladores da economia e, logo mais à frente, como tratamento anticíclico da crise econômica.

Tendo se tornado membro titular do Conselho Nacional das Cidades a partir da IIª Conferência Nacional das Cidades, realizada entre 30 de novembro e 03 de dezembro de 2005, em Brasília, a Anpur acompanhou esse processo e participou com entusiasmo das discussões que ali tiveram lugar. Na posse dos novos conselheiros eleitos, em junho de 2006, a Anpur representou o segmento das entidades acadêmicas, profissionais e de pesquisa na mesa diretora, tendo saudado, em nome de todos eles, a importância do Conselho, reafirmado o compromisso com o seu pleno funcionamento e ressaltado a necessidade de entendimento da questão territorial como integradora das diversas políticas, inclusive as macroeconômicas. Vencer o setorial estava na ordem do dia.

No âmbito do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, no próprio Conselho das Cidades ou ainda no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), a atuação da Anpur se afirmou pela defesa da agenda democrática do direito à cidade e pela defesa de políticas que considerassem o efeito-território como eixo analítico e propositivo. Na intensa agenda, questões como o papel do Fundo, a composição do Conselho Gestor do FNHIS, o uso de imóveis da união para fins de regularização fundiária, os planos diretores e sua relação com a questão ambiental, a chamada lei de responsabilidade territorial (PL 3057/00), a mobilização para a IIIª Conferência e sua preparação em 2007 foram pauta contínua e instigante da vida da Associação.³

A discussão do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento –, objeto da reunião extraordinária do Conselho nos dias 28 de fevereiro e 01 de março de 2007, por sua vez, embora promissora pelo montante previsto para investimentos habitacionais, gerou questionamentos por parte da Anpur relativos a três questões principais: a insuficiência de recursos para investimentos em transportes públicos; a necessidade de inserção urbana e qualidade técnica dos projetos a serem implementados, num quadro de deficiências sérias de elaboração de projetos no âmbito municipal; e, por fim, o controle social da destinação e utilização de todo esse volume de recursos para investimento.⁴

³ Um relato detalhado de todas essas reuniões encontra-se nos boletins 01 a 13 da ANPUR, disponíveis em www.anpur.org.br.

⁴ Boletim da ANPUR 10, fevereiro de 2007. É importante também consultar a Resolução Recomendada do Conselho sobre o PAC 2007, reproduzida nesse mesmo Boletim.

Ainda na esteira dessa relação com o Conselho e Ministério das Cidades, vale citar a participação da Anpur no julgamento de editais de extensão e pesquisa relativos à questão urbana – pauta permanente das reivindicações da Anpur junto à Secretaria Executiva do Conselho –, em associação tanto com o Ministério da Educação quanto com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Nesse particular, e já fazendo a passagem para as agendas de política acadêmica e científica, vale ressaltar que, ainda na conjuntura favorável do primeiro semestre de 2005, o MCidades propôs à Anpur uma discussão até então inédita e que permanece latente até hoje: a formulação de uma política de pesquisa em desenvolvimento urbano. O documento Contribuições para uma Política Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Urbano, proposto por aquele Ministério, buscava instituir uma agenda instrumental de pesquisa para a área dos estudos urbanos no Brasil.

Este documento tem como objetivo dar início a uma construção política democrática junto à sociedade, envolvendo pesquisadores e entidades de pesquisa, por meio de suas entidades representativas, agências de fomento à pesquisa e formuladores de políticas públicas em desenvolvimento urbano, que se alimentam dos avanços da pesquisa para a proposição e implementação de políticas públicas ancoradas na realidade social.

O MCidades começa essa construção coletiva por meio desta consulta à Anpur, que deverá se estender às demais instituições da sociedade para um amplo debate que deverá culminar na Política Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Urbano (MCIDADES, maio 2005).

Discutido inicialmente no XI ENA em Salvador, esse documento foi objeto de discussão entre todos os programas então associados e filiados e, incorporando as diferentes contribuições, ele foi reenviado ao Ministério, em novembro de 2005, acompanhado da sugestão de formulação de dois editais de pesquisa, a serem imediatamente lançados, elaborados pela diretoria da Anpur a partir do referido documento. Um primeiro, no valor de R\$ 8 milhões de reais, era dedicado a “Questões Estratégicas do Desenvolvimento Urbano e Regional”, que englobariam a estrutura institucional e gestão do desenvolvimento urbano e regional, a participação e controle social das políticas urbanas; o financiamento do desenvolvimento urba-

no e regional, a articulação entre políticas sociais e territoriais e o mercado fundiário, regulação urbana e combate à desigualdade territorial. O segundo edital, com valor proposto de R\$ 5 milhões de reais, versaria sobre “Informações para o Desenvolvimento Urbano e Regional e Avaliação de Políticas” e contemplaria pesquisas sobre a produção e disseminação de informações para o desenvolvimento urbano e regional, a avaliação e monitoramento de políticas urbanas e a formulação de sistemas de indicadores para as políticas urbanas. Infelizmente, nenhum deles foi implementado, mas essa pauta continua extremamente atual.

Ainda em termos de política científica e acadêmica, vale ressaltar a presença da Anpur em todos os fóruns para os quais foi convidada a participar, nacionais ou internacionais. Assim, marcou presença no Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, promovido pelo IBGE, participou da VII Conferência das Cidades, promovida pela Câmara dos Deputados, integrou a discussão sobre Reforma do Ensino Superior, promovido pela SBPC, consultou seus associados e filiados para a recomposição das áreas de conhecimento da CAPES/CNPq, participou da discussão dos dois documentos produzidos pela SBPC (Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Infraestrutura de Pesquisa e Formação de Recursos Humanos) no quadro do projeto Ciências e Tecnologia no Brasil. Ainda no âmbito da 57ª Reunião da SBPC, em julho de 2006, em Florianópolis, um simpósio foi promovido pela Anpur, com o tema Cidades e Território: Mutações, Tensões, Proposições, organizado em 06 mesas e duas dezenas de palestrantes de diferentes campos disciplinares, representando instituições de pesquisa de diferentes regiões do território nacional.

A Anpur conduziu também consulta entre seus membros para indicação de pesquisadores para os sub-comitês de Planejamento Urbano e Regional, Arquitetura e Urbanismo e Turismo do Comitê de Ciências Sociais Aplicadas do CNPq. O resultado da consulta, ou seja, os três nomes mais votados em cada sub-área, foi consubstanciado no voto da Anpur junto àquele Conselho.

Na esfera internacional, reforçaram-se os laços com o GPEAN – Global Planning Education Association Network, a rede mundial de associações de escolas e programas de pós-graduação na área de planeamen-

to, que congrega nove associações: a neozelandesa e australiana ANZAPS, a européia AESOP, a americana ACSP, a de escolas de língua francesa APERAU, a africana AAPS, a canadense ACCUP, a asiática APSA, a latino-americana ALEUP e a brasileira Anpur. Com uma agenda particularmente intensa, a Anpur participou ativamente do comitê de organização e do comitê científico do II WPSC – World Planning Schools Congress, realizado na Cidade do México em julho de 2006, das reuniões do comitê de coordenação do GPEAN, que aconteceram em Adelaide em outubro de 2005, na cidade do México em julho de 2006 e em Nápoles, em julho de 2007. Também em associação com o GPEAN, a Anpur contribuiu para a edição dos livros *Dialogues in Urban and Regional Planning – DURP II e III*, com o intuito de intensificar a socialização internacional da produção brasileira na área. E se defrontou, sempre criticamente, com questões candentes na discussão inter pares, como as propostas de validação internacional de cursos de formação na área ou a relação com organismos e agências mundiais de governança.

O Fórum Urbano Mundial, que aconteceu em Vancouver, no Canadá, em junho de 2006, e atividades a ele preparatórias, realizadas em São Paulo (em conjuntura das mais violentas, numa terça-feira dramática, em meio aos ataques do PCC em maio de 2006, em uma cidade literalmente vazia), também contaram com a participação qualificada de membros da Anpur.

O III Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais, realizado em Salvador em outubro de 2006, buscou se defrontar com dois grandes desafios colocados à nossa área: por um lado, a necessidade de aprofundar a construção de nosso campo (multi)disciplinar, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, alavancando assim as possibilidades de entendimento de nossa dinâmica e complexa realidade urbana e regional. Por outro, a necessidade de enfrentar a formação profissional qualificada, num momento em que as condições políticas e institucionais do país estavam já a demandar uma urgente capacidade de formulação e de atuação crítica e propositiva no âmbito das ações sobre a cidade e sobre o território.

Importa lembrar ainda que, em colaboração com a EDUFBA, Vozes e Boitempo, 03 livros foram publicados no Brasil sob o patrocínio da Anpur: os referentes à dissertação e à tese premiadas em 2005, e o livro

resultante do simpósio organizado na SBPC em 2006. Ainda na pauta editorial, quatro números da RBEUR – Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais foram publicados, com recursos próprios e apoio da Caixa Econômica Federal.

A adesão da Anpur ao movimento em defesa do livre acesso à informação deve ser também destacada. Ou seja, a afirmação do papel basilar que cumpre essa condição para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como para a melhor utilização e socialização dos trabalhos, particularmente aqueles financiados com recursos públicos. Foi consensual, entre a diretoria da Anpur e a comissão editorial da RBEUR, com a decorrente disponibilização dos arquivos digitais de todos os números da Revista no site da Associação. Resta ainda, sobre esta questão, encontrar caminhos para disponibilização para consulta dos documentos da vida da própria associação, discussão que teve seu início na Assembléia de 2007, mas ainda não concluída.

O Boletim da Anpur foi relançado, em versão eletrônica,⁵ com 13 números publicados entre abril de 2006 e junho de 2007. Três foram as principais questões que levaram a diretoria de então à avaliação da oportunidade de se contar com um instrumento ágil de informação e comunicação entre os membros de nossa comunidade. Em primeiro lugar, o crescimento de importância da área de Planejamento Urbano e Regional na contemporaneidade e a decorrente intensificação do papel de representação da Anpur junto a várias instâncias acadêmicas e político-institucionais, nacionais e internacionais. Daí a necessidade de informação constante das questões relevantes para nossa área, bem como das posições tomadas e defendidas por nossa associação. Segundo, a vontade de partilhar de forma mais direta um conjunto de informações que, embora disponíveis em nossa *home page*, muitas vezes passavam despercebidas pela velocidade dos eventos e pelo bombardeio de informações avulsas a que estamos submetidos em nossa vida cotidiana. Terceiro, a oportunidade de abertura de mais um espaço para troca de informações entre os 47 programas que compunham a Anpur em 2005 (que chegaram a 53 em 2007) e as centenas de professores, pesquisadores e estudantes que

mantêm relações de interesse pelas atividades desenvolvidas, de forma direta ou indireta, pela Associação. A pauta do Boletim, de periodicidade mensal, deveria então ser enriquecida por sugestões e informações dos diferentes programas e membros da área.

Todo esse trabalho só foi possível por ter sido coletivo e solidário. Gostaria de agradecer, portanto, aos membros da diretoria e a todas e todos que colaboraram de forma generosa para concretizar esse conjunto de ações. Uma rede de cooperação formada por inenorme número de pessoas, que não podem ser aqui nomeadas, tornou assim possível mais um biênio de vida associada, plena de fermento utópico, de porosidade intelectual, social e política e de compromisso com a transformação socioespacial democrática de nossas cidades e territórios. O encontro amazônico de 2007 só fez renovar as esperanças sobre essas possibilidades.

⁵ Como já explicitado, o conjunto de boletins encontra-se disponível em www.anpur.org.br.